



ASMIR



ANS



AOFA



APA

## COMUNICADO

(2004ABR24)

### O INCUMPRIMENTO DE LEIS NO ESTADO DEMOCRÁTICO

1. São passados trinta anos sobre a data em que os militares desempenharam um papel fundamental na restituição da democracia aos portugueses.
2. Daí para cá e como sempre, os militares vêm cumprindo todas as missões que lhes são cometidas com notável eficácia, pesem embora os constrangimentos com que se deparam, merecendo particular realce a sua participação nas missões internacionais em que se afirmam, quase sempre com inquestionável brilho, como um importantíssimo vector da política externa portuguesa.
3. É-lhes portanto particularmente penoso verificarem que o reconhecimento público das suas capacidades, feito por altos responsáveis nacionais e estrangeiros, não é sequer correspondido com o simples cumprimento dos diplomas legais que enquadram os respectivos direitos.
4. Recorda-se, por ser importante, que as grandes linhas desses direitos se encontram consagrados na Lei nº 11/89, “Bases gerais do estatuto da condição militar”, constando a respectiva regulamentação de inúmeros outros diplomas.
5. O incumprimento desses normativos atingiu tal expressão que as associações de militares se sentiram na necessidade de expor detalhadamente a situação a Sua Excelência o Presidente da República.
6. Decorre neste momento, entre os militares dos Quadros Permanentes (QP), a fase final da recolha de assinaturas numa petição sobre a mesma preocupante questão a ser entregue na Assembleia da República para que esta exerça, como lhe compete, a acção fiscalizadora que a lei lhe confere.
7. De entre as mais de três mil assinaturas já recolhidas, a maioria de pessoal no activo, merecem especial realce as dos que desempenharam elevadas funções quer civis quer militares.
8. É na realidade muito significativo que a petição tenha sido assinada por dezenas de militares que foram Ministros, Secretários de Estado, Chefes de Estado-Maior General e dos três ramos, Vice-Chefes de Estado-Maior, Conselheiros da Revolução, Comendadores da Ordem da Liberdade, ou exerceram cargos de grande responsabilidade na Administração Pública e na Organização das Forças Armadas.
9. E se se torna especialmente gratificante verificar que os militares, independentemente dos níveis hierárquicos atingidos, se encontram conscientes da gravidade da situação que enfrentam, uma enorme perplexidade perpassa por todos eles: como é possível que um tão flagrante e continuado desrespeito pelas leis aconteça num Estado Democrático?

Pelas ASMIR, ANS, AOFA e APA

ASMIR – Associação de Militares na Reserva e Reforma – R. Elias Garcia, 45-47 – Apartado 76 – 2331 Entroncamento  
Tel: 249 6 68 59 • Fax: 249 6 68 59 • E-mail: [asmir@asmir.pt](mailto:asmir@asmir.pt)

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º - 1900-088 Lisboa  
Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 4958 • E-mail: [geral@ans.pt](mailto:geral@ans.pt)

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – R. Infanta Dona Santa Isabel - 2780 Oeiras  
Tel: 21 44177 44 • Fax: 21 440 68 02 • E-Mail: [aofa@sapo.pt](mailto:aofa@sapo.pt)

APA – Associação de Praças da Armada – Trav. do Cego, 1A – 1200-103 Lisboa  
E-Mail: [geral@apracas.pt](mailto:geral@apracas.pt)